

ARTIGO

De “bonecas transformistas” a LGBTs ativistas: histórias, narrativas e existências em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, 1970-2017

From “transforming dolls” to LGBTs activistis: stories, narratives and existences in a inner city in Rio de Janeiro’s state

Rafael França Gonçalves dos Santos*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Este texto apresenta histórias, narrativas e formas de vida construídas em Campos dos Goytacazes, cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro (norte fluminense). Tendo a questão da diversidade sexual e de gênero como eixo de análise, apresento e problematizo os mecanismos, as estratégias e possibilidades (ou os limites) de negociações forjadas por sujeitos nomeados como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Considerando as mobilizações organizadas em Campos nas últimas décadas, apresento “saberes localizados” forjados a partir das diversas formas de mobilização de pessoas autodenominadas como LGBT. Interesse-me, sobretudo, por privilegiar as formas de resistência, as estratégias de criação de modos de vida e possibilidades de agência em contextos considerados hostis e inabitáveis. Dialogando com as proposições dos estudos de gênero e sexualidade e em interface com os movimentos sociais, focalizo, por meio de entrevistas e análise de jornais impressos, histórias vividas em uma “cidade interiorana” entre os anos de 1970 e 2017.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos LGBTs. Resistências. Relações de amizade. Travestis e transexuais. História da cidade.

ABSTRACT: *This text presents stories, narratives and ways of life built in Campos dos Goytacazes, city located in the interior of the state of Rio de Janeiro (Northern Fluminense). With the issue of sexual and gender diversity as the axis of analysis, I present and problematize the mechanisms, strategies and possibilities (or limits) of negotiations forged by lesbian, gay, bisexual, transvestite and transgender (LGBT) subjects. Considering the mobilizations organized in Campos in the last decades, I present “localized knowledge” forged from the various forms of mobilization of people calling themselves LGBT. I am particularly interested in privileging the forms of resistance, the strategies of creation of ways of life and possibilities of agency in contexts considered hostile and uninhabitable. Dialoging with the propositions of gender and sexuality studies in interface with social movements, I focus, through interviews and analysis of printed journals, stories lived in an “inner city” between the years of 1970 and 2017.*

KEYWORDS: *LGBT movements. Resistance. Friendship. Transvestites and transsexual. City history.*

* Pesquisador do Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidade e transgêneros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutor em História pela mesma instituição.
E-mail: rafael.fgs@hotmail.com.
<https://orcid.org/0000-0002-3662-2456>.

Introdução

As histórias das lutas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)¹, nomeadas na literatura acadêmica como movimento gay, GLS, GLBT ou LGBT, já foram estudadas, analisadas e narradas em importantes trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras brasileiras (FACCHINI; FRANÇA, 2009; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Essa literatura, já reconhecida, focaliza experiências, movimentações e transformações ocorridas em cidades grandes, capitais ou as chamadas metrópoles. Em contrapartida, as pequenas e médias cidades obtiveram pouca visibilidade e atenção como contexto de análise nos estudos já consolidados na área.

Nesse jogo de escalas entre o microcosmo e o macrocosmo, reconheço que há conexões e afastamentos, e que se é relevante a emergência desses movimentos nas capitais do Brasil, é igualmente importante apresentar as narrativas sobre os acontecimentos, as tramas e existências de manifestações semelhantes ocorridas em diferentes espacialidades (PASSAMANI, 2015; BRAZ, 2015; SANTOS, 2012). Dito de outro modo, pode-se, assim, buscar a historicidade da própria noção de “movimento LGBT” e contribuir para a visibilidade de algumas histórias que foram esquecidas, apagadas ou menosprezadas. Assim, voltar o olhar para os centros urbanos interioranos é uma forma de atentar para uma abordagem ainda pouco explorada.

Assumo compromisso com uma historiografia desafiada a romper com a normatividade da disciplina e valorizar, por meio dos textos escritos pelos(as) historiadores(as), as experiências dos outros. Essas experiências devem ser pensadas, analisadas e registradas não na perspectiva de uma história das diferenças que sirva à naturalização da infâmia (FOUCAULT, 2003), mas, sim, como a possibilidade de compreensão de suas históricas possibilidades de construção. Como sugere Scott (1998), é preciso fazer um exercício que está além de tornar as experiências visíveis, pois isso apenas reiteraria a existência do sistema vigente. É necessário compreender como, historicamente, produziu-se seu processo de ocultamento. Nesse sentido, é:

[...] por isso [que] precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem da nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. (SCOTT, 1998, p. 304)

Portanto, é possível situar historicamente, localizar geograficamente e assim produzir saberes localizados que possam compreender a existência desses sujeitos e, ainda mais, problematizar os mecanismos, os poderes e saberes implicados em tais produções. Fazer uma história a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225) a partir de narrativas orais e impressas é uma forma de interrogar os discursos oficiais que apagam, esquecem e deslegitimam aquelas e aqueles chamados de marginais, excluídos e invisíveis da história.

A visibilidade e dizibilidade deste texto é possível a partir de um levantamento de fontes impressas em jornais de circulação regional: *Folha da Manhã*, *Monitor Campista* e *A Cidade*, e uma única edição do jornal *O Fluminense*. Além dos documentos impressos, utilizo parte de 21 entrevistas realizadas entre 2015 e 2017 com pessoas autoidentificadas² como travestis, transexuais e transgêneros³. Essas interlocutoras de pesquisa vivem ou viveram grande parte de sua vida na

cidade de Campos e tinham de 20 a 68 anos à época das entrevistas. A escolha desse grupo deu-se a partir das indicações, como na metodologia bola de neve, mas tendo como referencial as dinâmicas das relações de amizade, eixo analítico da pesquisa *Montagens de si* (SANTOS, 2018).

Com o objetivo de contribuir com esse saber localizado (HARAWAY, 1995, p. 18-22) do chamado movimento LGBT, interesse-me por compreender e apresentar uma narrativa que privilegie as formas de resistência, as estratégias de criação de modos de vida e possibilidades de agência em contextos hostis em uma cidade do interior do Rio de Janeiro, ou seja, as articulações de sujeitos que contribuíram para a formação de espaços de resistência e acolhida às sexualidades e identidades de gênero dissidentes da cisheteronormatividade⁴ (VERGUEIRO, 2016, p. 57).

Focalizando histórias vividas e criadas em Campos dos Goytacazes de meados dos anos de 1970 até o ano de 2017, proponho este texto⁵ como uma contribuição à história daqueles e daquelas que, sob a lente da cisheteronormatividade, foram e são considerados como sexualmente desviantes ou dissidentes. Chamar a atenção para uma cidade do interior fluminense é fundamental para o exercício de não aceitar as propostas homogeneizantes em relação às experiências LGBTs. A especificidade dessas histórias vividas, registradas e narradas em Campos dos Goytacazes tem o potencial de fissurar, fraturar e propor outras narrativas, seja sobre e para os movimentos LGBTs e os(as) sujeitos que dão corpo e vida a esses movimentos. Em uma cidade do interior e de médio porte, evidencia-se aquilo que também ocorre nas capitais, ou seja, a coexistência de diversas temporalidades desse movimento. Formas de falar, de agir e se comportar, valores morais, condutas e direitos sociais e civis estão em pauta.

O texto está dividido em partes que buscam narrar essas experiências LGBTs e suas formas de resistência desde a década de 1970, no carnaval da cidade, em organizações institucionalizadas ou pelas redes de afeto. Essas partes comportam camadas de tempo que registram o entrelaçamento de alguns eventos. Começo com a presença das “bonecas” do carnaval e em seguida apresento alguns bares e outros lugares que aglutinaram essas pessoas, fosse como espaço de lazer, afeto e formação de redes de cuidado, particularmente durante as décadas de 1980 e 1990, momento em que ocorre a epidemia do HIV-Aids. Em seguida, apresento registros de mobilizações como o Fórum dos Sexualmente Discriminados e os embates com a Igreja Católica. Finalizo com uma história sobre as Paradas do Orgulho LGBT, ocorridas a partir do ano de 2006, e outras mobilizações recentes na cidade.

Carnavalizar a cidade: a existência como forma de resistência

Deem à sociedade em que vive o que ela quer ver, e não serão questionados. Ao invés de ter que sofrer preconceitos por causa de sua vida e seu estilo de vida, você pode caminhar confortavelmente, misturando-se com todo mundo. Você apagou os erros, as falhas, para fazer uma perfeita ilusão. (Filme *Paris is Burning*, 1990)

Na década de 1970, os termos *travesti* e *boneca* eram utilizados para se referir às personagens que animavam o carnaval na cidade de Campos dos Goytacazes. Muitas vezes vistas como “homens vestidos de mulher”, estavam autorizadas a participar dos dias de folia, pois eram percebidas como sujeitos alegres capazes de conferir animação ao público participante do carnaval. Em publicação

feita pelo jornal niteroiense, *O Fluminense*, em 1972, a presença de cerca de cem travestis no carnaval campista foi motivo de admiração e certa preocupação, já que elas estariam “desfigurando” o “samba autêntico” (*O FLUMINENSE*, 17 de fevereiro de 1972, p. 5).

No livro *Campos: 50 anos do Carnaval* (1992), Jorge Almeida destacou a presença das “bonecas” durante a década de 1970. Em sua descrição, Jolivete, Argeu, Paulette e outras pessoas que hoje em dia seriam chamadas de trans eram nomeadas como “artistas transformistas” que “[...] desfilavam com fantasias com grandes e trabalhados esplendores, vestindo-se ricamente.” (ALMEIDA, 1992, s. p). O microcosmo campista era bastante parecido com um fenômeno comum em capitais, em que as festas carnavalescas eram um espaço nos quais homossexuais “[...] poderiam exercer com relativa liberdade seu travestismo e desfilarem com suas criações.” (GREEN, 2000, p. 343).

Na década de 1970, conforme também registra Jorge Almeida, os grandes destaques eram Jolivete⁶ e Argeu Nani, que se apresentavam com vestimentas altamente luxuosas. Nos anos seguintes, a partir da análise de jornais e algumas entrevistas (SILVA; BILA, 2009) realizadas com Jolivete e Argeu, percebo que eles não chegaram a se autoneostrar como pessoas trans, mas, sim, como homens gays ou, simplesmente, como veados ou bichas das antigas. A presença de Jolivete e outros “artistas” estendeu-se nos anos seguintes, chegando até a década de 1990, segundo reportagem publicada pelo jornal *A Cidade*, em 27 de janeiro desse ano: “Jolyvete, ‘Apoteose de uma boneca’, pendurou as chuteiras”. Contudo, embora o jornal tenha noticiado o fim da carreira de “artista” de Jolivete, ela continuou a participar do carnaval campista e ser fonte de inspiração para outras pessoas trans da cidade. Luciana Campos (43 anos) e Chana Carla (52 anos) explicam quem foi Jolivete:

[...] Jolivete era o fenômeno... era a tradição do Carnaval Campista; aquele veado ali era... como se diz quando você... era a relíquia do Carnaval era ela; o povo ia pra rua ver ela desfilarem. Jolivete era... a atração do Carnaval Campista. (Luciana Campos, citação oral a partir de entrevista, 11 nov. 2015.)

Jolivete Lorenzoni serviu pra mim como de inspiração. Eu falei que ele... eu sou a segunda geração, né?! Depois de Jolivete Lorenzoni, eu bato no peito com muito orgulho, que eu gritei, briguei e conquistei a nata da sociedade em Campos. (Chana Carla, citação oral a partir de entrevista, 02 maio 2016)

O carnaval era o espaço de potência para pessoas, como Jolivete, que se conheciam e criavam redes de contato e afeto. Essas relações não se limitavam à época da festa. Nos demais dias do ano, as “bonecas” tinham uma forma particular de se referir às integrantes do grupo de amigos e iguais; os termos “bicha” e “veado”⁷ faziam parte desse repertório de identificação, enquanto “travesti” aparecia como uma categoria externa, utilizada na imprensa para nomear aquelas que, como Jolivete, eram um fenômeno do carnaval. Nos dias de folia, e muito além deles, as redes de amigos tornavam-se a condição de possibilidade para *habitar a cidade*.

A cidade carnavalesca, entretanto, esteve longe de ser percebida como uma grande avenida de luxo e glória, pois como disse Erickah (35 anos, citação oral a partir de entrevista, 28 out. 2015) “Nascer bicha em Campos é horrível!”. Essa fala dita com pesar e tristeza, aciona a categoria “bicha” como uma forma de se referir a todos os “gays”, “veados” e “trans”. Para habitar esse lugar percebido

como horrível, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais inventaram estratégias. A criação e ocupação de lugares de consumo pode ser compreendida como uma dessas históricas formas de produzir sociabilidades em ambientes hostis e, assim, também, constituir subjetividades, como estudado por França (2012). A data mundialmente reconhecida como Dia do Orgulho LGBT teve origem a partir da resistência de travestis e gays em um bar de Nova Iorque (JOHNSON; RIVERA, 2017), o *Stonewall Inn*. Menos por mera coincidência histórica e mais porque os bares e casas noturnas foram, historicamente, lugares de sociabilidade dos sexualmente desviantes, em Campos dos Goytacazes, a presença dos bares também esteve ligada à emergência do movimento LGBT e sua forma institucionalizada nos primeiros anos do novo milênio. Décadas antes, porém, já eram espaços de afeto e resistência.

Um espaço que chama a atenção pelo nome singular, bem como pela importância que foi atribuída nas falas de interlocutoras de pesquisa foi o *GayOsque*. Desde o início de seu funcionamento, na virada do milênio, ele, assim como outros bares da cidade, potencializava a criação de vínculos de amizade e era uma alternativa segura para o encontro fora dos dias da folia carnavalesca. Em diversas entrevistas com travestis e transexuais com faixa etária entre trinta e cinquenta anos, o espaço foi lembrado como um importante ponto de encontro. Wanessa (32 anos), Michely (50 anos) e Luciana (43 anos) explicaram que conheceram muitos de seus amigos nesse local, pois era onde se sentiam mais seguras e “entre iguais”. Wanessa morou desde a infância no mesmo bairro em que estava localizado o *GayOsque*, e lembra que foi nesse espaço que, ainda menor de idade, começou a ter contato com “esse mundo”: “[...] essa amizade que eu tenho com a maioria deles se formou no *GayOsque* [...] foi onde eu comecei a conhecer esse mundo, entendeu?! [...] Era muita, muita ferveção. Aquilo lá fez o maior sucesso durante muito tempo, era muito bom [...]” (Wanessa Lóes, citação oral a partir de entrevista, 16 out. 2015).

O *GayOsque* aparece na fala de Wanessa como espaço de sociabilidade e constituição de si, espaço possível para muitos gays, travestis e lésbicas poderem “assumir-se” e habitar esse mundo dissidente da heteronormatividade. Considerando a sexualidade como algo que se declara (WESTON, 2003, p. 55), espaços de encontros e trocas entre LGBTs na cidade, como o mencionado bar, compuseram a produção de subjetividades. Michely lembra dessa maneira do *GayOsque*: “Nossa, aquilo dali bombava. Meu Pai! Acabava com nosso dinheirinho, meu Pai Santíssimo.” (Michely Coutinho, citação oral a partir de entrevista, 23 fev. 2016).

Luciana Campos, mais conhecida como Ló, também fez parte da mesma geração em que era comum sair com as amigas trans e gays para os vários lugares de festa e shows na cidade. Ela lembra de como era o *GayOsque*: “Nós já zoamos muito. [...] Aquilo dali era um inferno. Gente... um veadeiro, uma homarada, uma fodelança naqueles banheiros na Orla lá da Beira Rio.” (Luciana Campos, citação oral a partir de entrevista, 11 nov. 2015).

Na fala dessas mulheres, esse espaço desempenhava um papel de lugar de proteção, onde se poderia encontrar acolhimento afetivo e potencializar experiências que não seriam vividas na família ou na escola. Além disso, foi neste espaço que o movimento LGBT de Campos dos Goytacazes começou a ser organizado em moldes institucionais, a partir de 2006 (SANTOS, 2018).

Em décadas anteriores, entretanto, outros bares ocuparam essa posição, como o Bar Vermelho e o Bar Doce Bar⁸. A ideia de um lugar de proteção está também associada à possibilidade de construir vínculos de amizade e de parcerias sexuais e compartilhamento de experiências comuns. Chana Carla explica que:

[...] como nós não podíamos ficar muito na rua, por causa da polícia, tivemos muitos barzinhos... bar... ponto de encontro...é, gay. [...] O La Cuerva, o La Cuerva, que era na 28 de Março, [...] Aí tivemos o Bate Papo ali também, aqui no Centro, na área central, [...]. É... era o Tom Tom, era o melhor que tinha, era o melhor. Porque era muito aconchegante, tinha aquelas cabines pra gente ficar ali com nossos namoradinhos, né?! (Chana Carla, citação oral a partir de entrevista, 02 maio 2016).

Desses três bares, ou casas noturnas, Paulette (68 anos) lembra-se de todos, mas destaca o Bate Papo como aquele no qual se sentia mais à vontade. De acordo com ela, “[...] era casa de travesti, de show”. Isso significa dizer, em seus termos, que “Não era casa de show, mas era casa que os travesti podia frequentar, sabe?!” (Paulette, citação oral a partir de entrevista, 02 mar. 2016).

Chana e Paulette já fazem referência a outros espaços, menos expostos à visibilidade da rua, como era o *Gay Osque*. Apesar da imprecisão temporal, evidencia-se que as duas referem-se à cidade da década de 1970 e 1980, em que a visibilidade de gays e travestis parecia ser menos aceita fora dos dias de folia.

Nos bares mais escondidos do final do século 20, ou no quiosque abrigado na orla do rio Paraíba do Sul, gays, lésbicas, travestis e transformistas existiam e resistiam, fazendo da cidade um espaço habitável; com folia e festa, inventaram existências de enfrentamento à cisheteronormatividade.

“Fórum dos Sexualmente Discriminados”: na luta por direitos durante os anos 90

Ao consultar periódicos da imprensa local da década de 1990, como os jornais *Folha da Manhã*, *Monitor Campista* e *A Cidade*, percebi que, uma década antes da primeira Parada do Orgulho LGBT, havia ocorrido um evento que tinha como tema e público-alvo os chamados de sexualmente discriminados: gays, lésbicas e travestis. Em 1996 e 1997, aconteceram o I e o II Fórum de Debate dos Sexualmente Discriminados⁹. Esses e muitos outros eventos que anunciavam a aproximação com a temática da diversidade sexual e de gênero aparecem e são anunciados como parte da resposta da sociedade civil organizada para combater a epidemia do HIV-Aids, mas também registravam a demanda, de forma genérica, pelo fim das violências contra “os homossexuais”.

Na capa de *Monitor Campista* em dois de março de 1996, lia-se: “Fórum reúne a comunidade gay no Município”. O Fórum foi apresentado como um espaço para debates sobre violências, preconceitos e discriminação e em busca da cidadania dos homossexuais. Segundo o jornal, o Fórum fazia parte de uma agenda nacional de eventos em defesa da “cidadania dos discriminados”. Na programação do evento, estava prevista uma passeata pelo centro da cidade “com um grupo de transformistas”. Na matéria, a assistente social Fátima Castro, uma das idealizadoras, destacava que o evento fora pensado a partir de “[...] um episódio ocorrido no mês de janeiro deste ano [1996], no hospital Ferreira Machado, quando um médico se recusou a atender um homossexual, tratando-o preconceituosamente e desconsiderando seus direitos como cidadão.” (*MONITOR CAMPISTA*, 22 de fevereiro de 1996, s. p.).

O homossexual citado na matéria era, na verdade, a travesti que foi eleita a Musa do Fórum, Carla Stone. Nesse caso, evidencia-se que o jornal não fez distinção entre identidade de gênero e orientação sexual, utilizando o termo homossexual para se referir tanto ao homem gay cisgênero

quanto às mulheres travestis ou transexuais. Nesse momento da década de 1990, era comum que os jornais utilizassem as palavras *gay* e *homossexual* em uma matéria que tinha como personagens principais sujeitos trans.

No jornal *A Cidade*, de cinco de março de 1996, o Fórum apareceu em uma matéria na página dez com letras garrafais: “Aids e homossexualismo em questão”. Estava presente nessas palavras a histórica associação feita entre a Aids e a homossexualidade. O uso do termo homossexualismo permanece comum, apesar de nessa época a homossexualidade já não ser mais considerada um transtorno psíquico, segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID – 10. Isso é um indício de como as escalas espaciais também indicam a existência de regimes temporais distintos no processo de produção das narrativas e dos nomes que são usados para identificar corpos, experiências e existência. Está em evidência, mais uma vez, o exercício do poder cisheteronormativo na linguagem.

A edição do jornal *A Cidade*, de 27 de janeiro de 1996, noticiou, também, a passeata anunciada na programação. Ela foi realizada na Praça do Santíssimo Salvador. Nesse local está localizada a catedral da cidade, o que fez com que o evento fosse considerado uma afronta à Igreja Católica, abertamente contrária à homossexualidade. Para marcar a posição da instituição, Dom Roberto Guimarães, à época bispo da Diocese de Campos, publicou uma carta na edição da *Folha da Manhã*, de três de março de 1996, em que explicitava seu repúdio ao fórum e à passeata, “[...] afirmando que a sexualidade tem que ser reprimida” (*A CIDADE*, 27 de janeiro de 1996, p. 6).

O *Monitor Campista*, de 02 de março de 1996, também noticiou o I Fórum de Debate dos Sexualmente Discriminados, destacando a informação em sua capa, espaço mais importante em um periódico. Segundo a matéria do jornal que se orgulha de ser “o terceiro jornal mais antigo do país”, o Fórum reuniria a comunidade gay do Município em uma marcha que percorreria as ruas do centro e o foco seria a luta “contra a violência, o preconceito e a discriminação.” O evento foi anunciado para ocorrer em dois dias, tendo início com a marcha e continuidade na sede da Associação Irmãos da Solidariedade¹⁰, no distrito de Guarus. Ainda conforme o texto, “[...] o assunto principal a ser debatido nos dois dias de Fórum é a cidadania dos discriminados com palestras que serão proferidas por pessoas de destaque nacional”.

No domingo, dia três de março, o segundo dia de evento, outro jornal da cidade, *Folha da Manhã*, também publicou uma manchete que chamava a atenção para o evento, mas qualificando-o como “Escândalo dos gays”. Nessa mesma capa, o contraponto ao “escândalo” dá-se em outra chamada, pela menção ao crescimento de igrejas neopentecostais na cidade, destacando, entre elas, a Igreja Universal, também conhecida pelo posicionamento contrário à garantia de direitos da população LGBT. Na referida capa que abordava o suposto “Escândalo dos Gays”, o texto da manchete estava associado à imagem de um beijo entre dois homens (um branco e o outro negro), agregando potencial ao convite para que os leitores conhecessem a “polêmica” gerada pelo evento. Nesse sentido, a legenda da fotografia é instigante: “Dois gays se beijam no Centro de Campos, durante uma passeata. Segundo eles, pra mostrar que Aids não se pega pela boca”. Mais uma vez, os textos escritos e imagéticos contribuem para a sedimentação da narrativa que, historicamente, associou o HIV-Aids à homossexualidade. Embora naquele ano já fosse comprovado que o vírus afeta corpos sexuais independentemente da sexualidade, ainda permanecia no imaginário social (e no texto jornalístico) a intencionalidade dessa associação.

Na página interna do jornal, duas fotografias: uma maior do bispo de Campos e outra, em menor tamanho, de um dos integrantes da passeata caracterizado de padre. Na legenda lia-se: “Um gay caracterizado de padre provoca a igreja católica”. O rapaz da imagem, André Fernandes, era representante do Grupo Atobá, Movimento de Emancipação Homossexual surgido na década de 1980, no Rio de Janeiro. A tensa relação com a Igreja Católica aparece expressa na intervenção feita por André, provocando a Igreja como forma de denunciar ações de intolerância e discriminação perpetradas pelo discurso religioso. Na chamada feita na capa do jornal, o texto começava com um destaque: “Algumas pessoas ficaram chocadas, outras admiradas e alguns até incentivaram a passeata de gays, lésbicas e simpatizantes [...]”.

Embora o Fórum fosse descrito como um evento gay, parte considerável das participantes e a motivação do evento se deu a partir das travestis, que estiveram com Fátima Castro em outros eventos e espaços da cidade. Uma das palestrantes foi Jovana Baby¹¹, “presidente da Associação de Travestis Liberados do Rio de Janeiro” que falou sobre as várias formas violências sofridas pelas travestis. Ela declarou ao jornal: “[...] os travestis têm mais medo da polícia do que da Aids. A Aids se consegue evitar, mas a violência da polícia é inevitável” (*Folha da Manhã*, 03 de março de 1996, p. 6).

Nesses dois eventos, de 1996 e 1997, e em quase todas as notícias verificadas entre 1990 e 2000, nomeou-se a homossexualidade atrelada ao aumento do índice de infecção pelo HIV. Estabelecer uma conexão entre os “sexualmente discriminados” e o vírus não foi uma inovação de Campos. Quando falava-se em homossexualidade, entendia-se também que as experiências trans integravam este repertório explicativo, já que elas eram pensadas como uma das expressões da homossexualidade. Os estudos acadêmicos produziram uma vasta bibliografia que explica como o HIV foi transformado em um vírus sexual (PARKER; TERTO JUNIOR, 1998; PARKER et ali., 1994; TERTO JUNIOR, 1997; PELÚCIO, 2009). Destaco, para os fins deste texto, a análise feita por Larissa Pelúcio sobre o Programa Nacional de DST e AIDs e os avanços das políticas de saúde no início dos anos 2000, embora ainda fossem pautadas por um argumento heteronormativo (2009, p. 30-31). Pelúcio problematizou a prevenção à Aids como parte de um processo de produção de bioidentidades, a criação de uma “SIDAdanização” (2009, p. 105-110).

Essa produção de uma “população” a partir da identificação de um vírus pode ser compreendida como um exercício de biopolítica, entendido, nos termos de Michel Foucault, como o poder de fazer viver e de deixar morrer. Enquanto o corpo individual é alvo dos mecanismos de disciplinarização, na biopolítica, o alvo são as populações. Portanto: “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 292-293).

Percebe-se, dessa forma, que a estigmatização social afetou profundamente as pessoas vivendo com HIV, particularmente os “sexualmente discriminados”. Por outro, o HIV também foi condição de possibilidade para o estreitamento de relações de amizade e redes de cuidado entre essas mesmas pessoas. Em muitos casos, as amigas e amigos, fossem trans ou cis, ofereceram um suporte afetivo durante o agravamento da doença, visto que em muitos casos as famílias de origem se afastavam, recusavam cuidar ou simplesmente desconheciam a condição sorológica do familiar adoecido. Segundo Joyce (41 anos), o diagnóstico para HIV positivo pode instaurar uma nova forma de se relacionar com a vida, geralmente com medos e ansiedades. Neste momento, as amigas passam a oferecer suporte afetivo para garantir a continuidade da vida. Joyce explica que viveu esta situação

com uma amiga que se descobriu soropositiva: “Irmã, ah, olha... tem um mês aí, passou aí, eu saí com ciclano, aconteceu isso, isso, isso.. Eu tô com medo, vamo comigo fazer o exame? Aí eu vou fazer. Então, é uma coisa assim de confiança, uma coisa de... entendeu?!”. (Citação oral a partir de entrevista, 07 out. 2015)

Na experiência de viver uma vida com HIV em uma sociedade ainda sorofóbica, podem ser tecidas novas relações de amizade. É possível entendê-las como dispositivos de resistência frente às normatividades de gênero e sexualidade ao potencializarem a (re)existência de modos de vida precarizados e frágeis.

Nesse sentido, compreendo que os Fóruns descritos neste tópico possibilitaram encontros potentes e a formação de redes de cuidado e enfrentamento ao HIV-Aids e, sobremaneira, a criação de afetos que possibilitaram a continuidade da vida em tempos hostis.

“Lutar sem escrotizar!”: histórias sobre a Parada do Orgulho LGBT em Campos dos Goytacazes

Mundialmente conhecida como *Gay Pride*, esse tipo de evento no Brasil popularizou-se com o nome de Parada Gay, e também: Parada do Orgulho Gay, Parada do Orgulho LGBT ou somente Parada LGBT. As antropólogas Regina Facchini e Isadora Lins França (2009, p. 60) analisaram o processo de disputas e negociações que permearam a construção daquilo que genericamente foi chamado de movimento LGBT brasileiro. Parte da análise destaca que nos anos de 1980 “[...] é possível observar uma mudança da concentração de grupos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste”; essa alteração contribuiu para mudanças no movimento, em que se destaca “[...] a presença marcante de dois ativistas: João Antônio Mascarenhas (articulador inicial do grupo de intelectuais que compôs o jornal *Lampião da Esquina* e fundador do grupo *Triângulo Rosa*) e Luiz Mott (fundador do *Grupo Gay da Bahia* – GGB)” (FACCHINI; FRANÇA, 2009, p. 60).

A proliferação de grupos e eventos relacionados à luta pela visibilidade e organização de homossexuais não se deu apenas no eixo sul-sudeste e, como venho argumentando, não somente nas capitais dos estados. Em momentos históricos diferentes, principalmente a partir da década de 1990, essas mudanças estiveram ligadas à própria forma criada pelo movimento, ou seja, não era mais possível tratar todo o movimento apenas como movimento gay. Sempre presentes nas lutas, as mulheres lésbicas e a população T¹² (travestis, transexuais e transgêneros), passaram a reivindicar visibilidade e reconhecimento de demandas políticas que não eram contempladas na pauta das subjetividades gays. Com isso, ocorreram mudanças na forma de nomear o próprio movimento.

Nos primeiros anos de 2000, as paradas LGBTs já estavam ocorrendo a todo vapor em várias cidades do Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, a primeira se deu em 1995 e muitas foram as excursões organizadas em Campos para levar participantes ao evento. Como lembra Josy Tavares (47 anos, citação oral a partir de entrevista, 23 ago. 2015), proprietária do *GayOsque*: “[...] como se fosse um movimento ali. Quando teve a primeira Parada Gay do Rio, a concentração das excursões foram lá, no *GayOsque*, quando foi feita a Pré-Parada do Rio de Janeiro, entendeu?!” (citação oral).

Em 26 de junho de 2005, o jornal *Folha da Manhã* publicou a matéria: “Campistas vão à parada Gay e querem filial da ONG Arco-Íris: na reunião de LGBTs hoje no Rio, campistas querem começar a traçar um plano com representantes da ONG”. Conforme fora apresentado nesta

mesma publicação, os estudantes universitários Potiara e Fabiano, frequentadores do *GayOsque*, organizaram uma excursão para a Parada GLBT em Copacabana. Após esse evento, iniciou-se a mobilização para a criação de um grupo na cidade, o que foi feito em dez de junho do ano seguinte (2006): Grupo Esperança de Conscientização Homossexual.

O evento que foi anunciado como a Primeira Parada Gay de Campos ocorreu em agosto de 2006, com um público estimado em dez mil participantes. A matéria presente no jornal *Folha da Manhã* do dia vinte de agosto fez esse registro e ainda destacou que a luta contra o preconceito e a defesa da cidadania. Além de reverberar demandas por direitos e defesa da vida, as reportagens destacaram a animação e a necessidade de realização deste tipo de evento na cidade. Embora não fizesse qualquer menção aos movimentos e mobilizações que antecederam a Parada de 2006, percebo que a indagação feita em dois de março de 1996 pelo *Monitor Campista*, em que se destacava o “escândalo dos gays”, ainda ecoava. A reivindicação por direitos, pelo fim das discriminações e violências era bastante similar.

Neste mesmo ano, em 28 de dezembro 2006, a *Folha da Manhã* noticiou outro evento: a segunda edição do Grito da Diversidade, que ocorreria em janeiro do ano seguinte, no distrito de Farol, região litorânea de Campos. A atividade, segundo Chana Carla, foi criada por ela em um momento em que já tinha “credibilidade e fama” na cidade. Para a entrevistada, teria havido uma tentativa de fazer o Grito da Diversidade em conjunto com a Parada do Orgulho LGBT, mas a comunicação entre as lideranças não foi amistosa e, por isso, mantiveram-se separados. Ademais, ela fez uma distinção que situa a percepção sobre o sentido das palavras no contexto da cidade de Campos: “O Grito da Diversidade, porque [...] aquela coisa taxativa ‘Parada Gay’, já é meio complicado... ainda é aqui em Campos, né?!” (citação oral).

Chana enuncia com clareza o desconforto que o termo gay trazia para a cidade. Daí assumir a posição de nomear seu evento como Grito da Diversidade. Nessa época, ela trabalhava na Secretaria de Comunicação e seu evento teve o apoio da Prefeitura Municipal, sob o governo do prefeito Alexandre Mocaiber (PDT). Não é possível precisar qual dos eventos teve uma participação mais expressiva de gays, lésbicas, travestis e transexuais. O que ficou evidente é que tanto o Grito da Diversidade, organizado por uma travesti, quanto a Parada GLBT, liderada por gays e lésbicas, reconheciam a presença de uma resistência ao tema na cidade.

Chana usa uma palavra que para ela causaria menor impacto na cidade *diversidade*; o Grupo Esperança direciona seu discurso para os homossexuais e define-se um grupo de afirmação do que nomeia como direitos homossexuais. Em nenhum dos dois movimentos, entretanto, as experiências trans aparecem em destaque como pauta de uma discussão política pela implementação dos direitos. Embora o Grito da Diversidade fosse organizado por uma travesti, não havia intencionalidade em nomear sua existência e conferir-lhe visibilidade.

Esse silenciamento, no caso da não nomeação da existência travesti, transexual e/ou transgênero, era rompido por um grito estrondoso das imagens. Nas matérias jornalísticas sobre o Grito da Diversidade, e em diversas outras sobre as Paradas, as imagens utilizadas na narrativa das reportagens ou notícias são de pessoas que se autoidentificavam como travestis e transexuais; em alguns casos, também apareciam algumas *drag queens* conhecidas na cidade. Quando os jornais mobilizavam essas imagens, produzia-se o sentido festivo que o evento representava, e, com isso, remetia-se à histórica associação das pessoas trans com o carnaval, como nos anos 1970. Essas imagens são, portanto, mais do que simples ilustrações, elas são “[...] documentos, que assim como

os demais, constroem modelos e concepções” (SHWARCZ, 2014, p. 393), as quais, nesse caso, referem-se à ideia cristalizada de que todos os LGBTs são alegres, de que “a Parada é um carnaval fora de época”, onde seria permitido o encontro dos gays e a produção da festa.

Para a pesquisa indicada no início do texto (SANTOS, 2018), foram entrevistadas 21 pessoas trans de Campos dos Goytacazes e foi comum ouvir das interlocutoras a ideia de afastamento em relação às ações políticas em defesa dos direitos da população LGBT. A ideia de participação política institucional fora rechaçada pela maioria. Entretanto, isso não significou que elas estivessem ausentes dos movimentos, das Paradas do Orgulho LGBT e mesmo nos bastidores de diversas atividades institucionalizadas. Em muitos momentos, percebi que essa vontade de afastamento ocorrera como parte de uma estratégia de produção de uma outra subjetividade trans, que fosse capaz de se distanciar dos modelos reificados pelas páginas dos jornais impressos, dos sites de notícias e da televisão.

Para Áquila (24 anos), havia um equívoco na forma como o movimento se organizava. Ao falar sobre a cidade, ela propõe um modelo de movimento que, na sua perspectiva, seria mais adequado:

Eu vejo, Rafael, Campos uma cidade muito pequena, entendeu?! Nesse, nesse rumo, nesse meio, até porque as, as organizações, né?!, LGBT que têm dentro da nossa cidade, é... são os pequenos... é... Acontecem os fatos que às vezes os próprios homossexuais precisam, e... e... essas organizações não ajudam, entendeu?! Então... eu pra dizer a você, eu não gosto nem de Parada Gay, não gosto, não apoio. Até porque, eu acho que às vezes nem todo homossexual tem a cabeça igual o outro, mas eu vejo assim, se é uma paralização para que as pessoas não aceitem, então a gente tinha que ir todas de calça jeans, muito bem vestida, entendeu?! Com uma camisa bonita, todos muito bem. Então... informando que não é só botar peito pra fora, bunda pra fora, entendeu?! Até porque, vão pais que levam seus filhos pra poder ver também, que não é diferente, então não é pra ver uma, um homem vestido de mulher, entendeu?! [...] Então, você acaba escrotizando, como diz o ditado popular, entendeu?! Afrontando a sociedade, então... eu não me vejo nessas hipóteses. Vou ficar dentro da minha casa, dentro do meu bairro. (Áquila Araújo, citação oral a partir de entrevista, 18 fev. 2016)

O temor de Áquila é justamente aquilo que os jornais e a mídia televisiva destacavam nas Paradas; ela aciona a ideia de “escrotizar” como algo negativo e que afasta as pessoas do movimento; a exibição dos corpos, particularmente das travestis, foi apontada como uma forma de diminuição do potencial político do evento e isso fazia com que ela mesma não quisesse participar. A narrativa apresentada demonstra que, mesmo não estando presente, a vida de Áquila, e das demais trans da cidade, era afetada pela maneira como foi articulada a trama das Paradas do Orgulho LGBT no Brasil e em Campos.

Tonalidades do arco-íris: as Paradas do Orgulho LGBT na Planície Goitacá

Entre os anos de 2006 e 2015, foram realizadas nove edições da Parada do Orgulho LGBT em Campos, sendo que, nas duas primeiras, usava-se o título de Parada do Orgulho GLBT, e, nas seguintes, adotou-se a nomenclatura de Parada do Orgulho LGBT. A alteração esteve em consonância com a articulação nacional do movimento LGBT, que, na Conferência Nacional de 2008,

passou a ter o L como letra inicial. Como já fora indicado anteriormente, apesar dessas mudanças, os jornais e parte das colaboradoras referem-se ao movimento, de forma geral, como movimento gay e Parada do Orgulho Gay, ou somente Parada Gay, o que denota um evidente distanciamento entre os discursos produzidos no movimento oficial, em âmbito nacional, e o processo de apropriação (reconstrução) feita pela população.

De maneira geral, o termo Parada Gay compôs o título das notícias como forma de chamar a atenção do leitor e, nas matérias, escreve-se Parada do Orgulho GLBT ou LGBT, sendo comum a variação na forma por extenso da sigla, especialmente na hora de referir-se ao T. Enquanto lésbicas, gays e bissexuais apareceram conforme a letra que os representa, o T foi alvo de uma imprecisão: ora escrevia-se travestis e transexuais, ora travestis e transgêneros, ou, ainda, somente transgêneros.

Essas mudanças ajudam a compreender que os fluxos do movimento social possuem uma dinâmica que deve ser entendida a partir do tempo histórico, bem como do espaço que lhes propiciou e potencializou. Há, nesse caso, uma concomitância discursiva: de um lado, o discurso do movimento social organizado¹³, cuja centralização é feita nas capitais do Brasil; do outro, uma capilarização lenta e imprecisa desses discursos ao chegarem às cidades do interior; essa seria uma forma de explicar a permanência do uso de Parada Gay nos títulos das matérias jornalísticas, e Parada do Orgulho LGBT no texto da matéria.

No ano de 2011, já com muito menos apoio, a Parada não foi realizada, pois não houve suporte do poder público local. Do mesmo modo, o Grupo Esperança não conseguiu concretizar uma institucionalização que lhe permitisse a captação de verbas para os eventos, de modo que esses sempre dependiam de apoios do governo local e de outros parceiros para a liberação de trios elétricos, verbas e autorização de uso das vias públicas. A fala de Josy denota esta ideia de dificuldade para a realização do evento:

Todo ano acontecia, tudo com muita dificuldade, sempre muito difícil, porque a gente nunca teve apoio direto da Prefeitura, a gente tinha o apoio porque um tem que apoiar o outro, se o 8º BPM dá o nada opor, o IMTT [Instituto Municipal de Trânsito e Transporte], a Guarda, a... a Prefeitura praticamente tem que dar esse respaldo pra eles, então não é pelo movimento, é pelo... (Josy, citação oral a partir de entrevista, 23 ago. 2015.)

Josy refere-se aos documentos que legalmente devem ser emitidos pelos órgãos oficiais para a realização de um evento em vias públicas. Esses, no entanto, por si só, não garantem a realização do evento, pois há também uma parte de organização que depende de verbas para a ornamentação, liberação de equipe médica e ambulância, além da estrutura de luz e som.

Embora em todas as edições tenha havido a participação de muitas pessoas que se identificam com alguma(s) das letras de LGBT, não houve um engajamento expressivo, que fosse capaz de fazer com que o movimento conseguisse se consolidar. Tanto na organização do evento quanto nas reuniões das quais participei como colaborador, para a organização da Semana da Diversidade, ficava evidente a presença de um grupo pequeno de pessoas, muitas delas vindas de fora de Campos, atraídas pela possibilidade de cursar a graduação ou pós-graduação nas universidades públicas, como UFF, UENF ou IFF.

Com isso, se, por um lado, pode-se perceber que há a criação de uma agenda no município fruto de ações individuais, particularmente com a presença de estudantes universitários; por outro, é preciso reconhecer, mesmo antes da Parada do Orgulho ou da Semana da Diversidade,

que algumas mobilizações já ocorriam na cidade, seja na forma de evento formal, como o Fórum dos Sexualmente Discriminados, ou nos encontros do carnaval na criação das alianças de afeto que permitiram habitar a cidade. No caso das trans, por exemplo, há uma histórica presença no carnaval, muitas estão presentes nas escolas de samba de seus bairros, no entanto, não aparecem na apresentação de suas demandas específicas quando da organização do movimento social. Essa falta de mobilização na cidade pode ser lida de diversas formas, uma delas está presente na justificativa que Juliana (34 anos, citação oral a partir de entrevista, 07 dez. 2015), com um sorriso no rosto e um suspiro que reitera sua descrença, sentencia: “É... não... prefiro não ter, porque a classe não é unida, é uma querendo comer a outra.”. Lembro-me aqui de uma recente mobilização ocorrida durante as eleições de 2018, em que se dizia: “Se fere a minha existência, eu serei resistência!”¹⁴.

Embora a ideia de “classe” que “não é unida” represente uma das dificuldades encontradas pelo próprio movimento para a concretização de suas pautas, é evidente que todo esse cenário hostil reforça a necessidade de formas de aliança não convencionais ou inomináveis. A “classe” pode não ser unida de maneira macroestrutural, mas há microrrelações, zonas de habitabilidade de maneiras de união que garantem o não extermínio dessas.

No ano de 2012, no Instituto Federal Fluminense – *campus* Campos Centro, Nathanael Araújo, que era funcionário da boate *Up!*, casa noturna de Josy Tavares, e estudante de Ciências Sociais da UFF-Campos, articulou uma mesa de debates sobre violência homofóbica na instituição. Esta atividade foi feita em uma sexta-feira e no sábado houve uma série de atividades esportivas na praça da Lapa, bairro da região central de Campos. Essa atividade experimental originou, a partir de 2013, a “Semana da Diversidade” que ocorreria em paralelo à Parada do Orgulho LGBT. Sempre com uma programação mais voltada para o público acadêmico, embora sua organização fosse aberta ao público em geral, todas as cinco edições (até 2017) ocorreram em espaços universitários ou no Museu Histórico de Campos.

Nos últimos anos, tornou-se mais visível a existência de grupos e indivíduos interessados na militância nomeada como LGBT. Registra-se, então, o surgimento do Coletivo Gaytacazes, no final de 2014, na Universidade Federal Fluminense, e do NUGEDIS – Núcleo de Gênero e Diversidade do IFF – Centro, já em 2015. Além desses dois grupos, verifica-se a existência do ATEGEN – Atelier de Estudos de Gênero, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Marinete dos Santos Silva, sediado na UENF.

Considerações finais

A narrativa produzida neste texto teve o propósito estratégico de registrar, compreender e sistematizar a existência de espaços sensíveis à diversidade sexual e de gênero, destacando, também, os apagamentos, as transformações e as maneiras como as subjetividades de trans, gays, lésbicas e bissexuais foram forjadas nas últimas décadas em uma cidade do interior fluminense. Ademais, foi uma forma de desnaturalizar a ideia de que a cidade de Campos é conservadora e tradicionalista a ponto de impedir a proliferação de histórias como essas, bem como desnaturalizar a ideia de que o movimento que luta pela diversidade sexual e de gênero é um todo homogêneo e horizontal, com espaço de voz e representatividade para todas e todos.

Dessa forma, das bonecas do carnaval na década de 1970, passando pela epidemia do HIV-Aids nos anos de 1980 e 1990, e chegando às mobilizações organizadas durante as duas primeiras décadas dos anos 2000, há um fio condutor que demonstra o desejo de estar vivo e a capacidade

de criar estratégias, modos de vida e estéticas da existência capazes de resistir às investidas cruéis do biopoder.

Como ficou evidenciado no texto, não são somente as grandes mobilizações ou associações que podem ser capazes de resistir. Práticas cotidianas, encontros em bares e boates, redes de afeto e amizade são também possibilidades de resistência, e muitas vezes responsáveis por potências inventivas de vida.

Referências

- ALMEIDA, Jorge da Paz. *Campos: 50 Anos de Carnaval*. 2. ed., Campos: Edição Promo, 1992.
- BARROS, Talita Vieira. *Bar doce bar: nos desvãos das micronarrativas*. Artigo de conclusão do curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Literatura, Memória Cultural e Sociedade do Instituto Federal Fluminense (IFF) *campus* Campos-Centro, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAZ, Camilo de Albuquerque. Entre sobreviventes e bichas dos tempos dourados – memória, homossexualidade e sociabilidade na cidade de Goiânia, Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 45, p. 503-525, 2015.
- BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Ficher (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual brasileiro e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Das cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. In: *Sexualidad, salud y sociedad* – Revista Latinoamericana. n. 3, 2009.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manuel. (org.). *Ditos e escritos, IV – Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo em lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- GALVÃO, Jane. *1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: ABIA, 2002.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *O protesto na festa: política e carnavalização nas Paradas do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Brasília: UNB, 2010.
- JOHNSON, Marsha P.; RIVERA, Sylvia. ‘S.T.A.R.’ *Acción travesti callejera revolucionaria: supervivência, revuelta y lucha trans antagonista*. 3. ed., Espanha: Editorial Imperdible, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PARIS is Burning. Direção: Jennie Livingston, 1990. (118min). Filme disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mBVBipOI76Q>. Acesso em: 10 mar. 2018.

- PARKER, Richard Guy; BASTOS, Cristina; GALVÃO, Jane; PEDROSA, José Stalin (org.). *A AIDS no Brasil (1982-1992)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA: IMS-UERJ, 1994.
- PARKER, Richard Guy; TERTO JUNIOR, Veriano de Sousa (org.). *Entre homens: homossexualidade e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 1998. 153p. (Documents SIDA, 35)
- PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *Batalha de Confete no 'Mar de Xarayés': condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade*. Universidade Estadual de Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, 2015.
- PELÚCIO, Larissa M. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.
- PERROT, Michele. De Marianne à Lulu: as imagens da mulher. In: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018.
- SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *As aparências enganam? O fazer-se travesti em Campos dos Goytacazes – RJ (2010-2011)*. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes, 2012.
- SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História). Seropédica, 2018.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto. História*, São Paulo, v. 16, fev. 1998.
- SILVA, Marinete dos Santos; BILA, Fábio P. Travestis em Campos dos Goytacazes: dois tempos, duas memórias. *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, v. 23, 2009.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- SWAIN, Tânia Navarro. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A. (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TERTO JUNIOR, Veriano de Souza. *Reinventando a vida: histórias sobre homossexualidade e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1997.
- VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, 2016.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- WESTON, Kate. *Las familias que elegimos: lesbianas, gays y parentesco*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2003.

Ata e Jornais:

Ata de Fundação e Estatuto do Grupo Esperança, 2006.

A Cidade – 05 de março de 1996.

A Cidade – 14 de outubro de 1997.

A Cidade – 27 de janeiro de 1998.

Folha da Manhã – 03 de março de 1996.

Folha da Manhã, 26 de junho de 2005.

Monitor Campista – 08 de fevereiro de 1996.

Monitor Campista – 22 de fevereiro de 1996.

Monitor Campista – 02 de março de 1996.

Entrevistas

Áquila Araújo. Entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2016.

Chana Carla. Entrevista realizada em 02 de maio de 2016.

Erickah Gomêz. Entrevista realizada em 28 de outubro de 2015.

Josy Tavares. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2015.

Joyce Vasconcelos. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2015.

Juliana Ferraz. Entrevista realizada em 07 de dezembro de 2015.

Luciana Campos. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2015.

Michely Coutinho. Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2016.

Paulette. Entrevista realizada em 02 de março de 2016.

Wanessa Lóes. Entrevista realizada em 16 de outubro de 2015.

Notas

¹ Sobre a ampliação da sigla LGBT para LGBTI+, pode-se consultar a recente publicação *Manual de Comunicação LGBTI+*, que se destaca a inclusão do I para se referir aos e às intersexuais e o + como uma forma de incluir outras orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero, conforme indicado no Manual (REIS, Toni (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018). Reconheço a importância e pertinência política da ampliação da sigla indicada, mas, no decorrer deste artigo, utilizarei prioritariamente a sigla LGBT, pois ela corresponde ao momento histórico problematizado. Em momentos específicos, indicarei a ocorrência das variações LGBTQ, LGBTI+ ou LGBTQI+.

² As interlocutoras da pesquisa solicitaram, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o uso do nome com o qual se identificam, independentemente de terem feito retificação do registro civil. Por isso, os nomes que aparecem identificando todas as entrevistadas foram atribuídos por elas mesmas. Em alguns casos, corresponde ao chamado nome social, em outros, foi a escolha para a identificação somente neste trabalho de pesquisa. Todas as entrevistas foram conduzidas, gravadas e transcritas pelo autor. A idade indicada por cada interlocutora corresponde ao registro feito à época da gravação.

³ Este artigo é um esforço de síntese de aspectos que, desdobrados, poderiam compor diferentes artigos. A análise pormenorizada desses elementos encontra-se desenvolvida na tese *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*, conforme consta nas Referências.

⁴ Utilizo “cistema” como uma corruptela da palavra sistema, para fazer referência ao modelo de organização da sociedade pautado no modelo cis-sexista (VERGUEIRO, 2015). Daí o termo “cisheteronormatividade”, sendo a junção do “cistema” com a “heteronormatividade”, já que são dinâmicas que se aproximam e se entrelaçam no processo de reprodução das normas sociais que envolvem o gênero, o sexo e a sexualidade.

⁵ A base documental analisada foi produzida a partir da pesquisa de doutorado sobre relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, portanto, utilizo-me de algumas das entrevistas produzidas para a tese, bem como dos jornais analisados.

⁶ A grafia no nome de Jolivete variou bastante. Embora esteja registrado em muitos lugares que este seria de fato seu nome de batismo, não foi possível encontrar qual seria a grafia que ele mesmo adotava, pois os jornais o apresentaram como Jolyvete, Joliveti, Jollivette. Até a sua morte, em março de 2007, o uso mais encontrado nos jornais foi Jolivete, portanto, o adotado nesta pesquisa.

⁷ Em Campos dos Goytacazes, o termo veado é usado para designar homens gays cisgêneros, travestis, transexuais, podendo ser usado como categoria de ofensa, quando acionado para acusar alguém, ou mesmo como uma forma de tratamento quando usado entre pessoas LGBTs. Uma particularidade da cidade é que, diferentemente da forma usual falada no Brasil, em que o E assume som de I, dando origem à forma falada [vi.'a.dũ], na cidade fala-se [ve.'a.dũ].

⁸ Sobre este período e o aparecimento de bares “alternativos” no contexto da cidade, é relevante a pesquisa feita por Talita Vieira Barros, sobre o “Bar Doce Bar”, surgido na década de 1970. Além do debate sobre memória, a autora cria uma narrativa muito rica para o entendimento do contexto cultural de Campos no período da Ditadura Militar (BARROS, 2013).

⁹ Em 1997, foi realizado o II Fórum, e, em 2007, o III Fórum, portanto, dez anos depois do último evento. Durante o III Fórum, a questão do HIV não aparecia com tanta ênfase, ficando a temática da homofobia em maior destaque; o que pode ser confirmado com a conferência de abertura “Nos Labirintos da Homofobia”, proferida pelo então superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro, Cláudio Nascimento. O evento mereceu uma pequena nota publicada pelo jornal *O Diário*, no dia 23 de junho de 2007.

¹⁰ Associação Irmãos da Solidariedade – fundada em 1988, foi o espaço de acolhida para pessoas que viviam com HIV-Aids e não tinham suporte familiar ou condições financeiras para o tratamento médico.

¹¹ Sobre o surgimento da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, consultar o texto de Mário Felipe de Lima Carvalho, publicado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu/MG, em 2011: “De ‘doidas e putas’ a ‘respeitáveis militantes – um histórico do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1203&Itemid=353 – Acesso em: 21 ago. 2016.

¹² Sobre estas mudanças ocorridas no movimento, ver o trabalho de Regina Facchini (2005). E, particularmente sobre algumas mudanças ocorridas no interior do próprio movimento de travestis e transexuais, ver a pesquisa de mestrado de Mário Felipe Carvalho, desenvolvida no Instituto de Medicina Social da UERJ (2011). Importa destacar que ambas as pesquisas foram feitas em um contexto regional específico de capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

¹³ A diferenciação de sexo e identidade sexual, gênero e identidade de gênero ou expressão de gênero e sexualidade e orientação sexual, bem como as possíveis identidades decorrentes dessas diferenças pode ser mais fácil para o próprio movimento do que para o restante da sociedade. De modo que as experiências trans não seriam entendidas em suas especificidades, e, sim, nomeadas como gays.

¹⁴ Conforme disponível no site: <http://periferiaemmovimento.com.br/elenao-se-fere-minha-existencia-serei-resistencia/>. Acesso em: 23 jan. 2019. Trata-se de uma forma de protestar contra os discursos racista-machista-lgbtfóbico-classista proferidos pelo então candidato à presidência da república; tratou-se de uma maneira de aglutinar todos, todas e todes aqueles que vivem cotidianamente o risco de terem suas existências exterminadas.

Recebido em: 29/07/2019

Aprovado em: 20/04/2020